

## **Rui Marques, Alto-Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, em entrevista ao Expresso**

Em entrevista ao Jornal Expresso o Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME), Rui Marques, explicou como é complicado gerir os problemas resultantes da lei demasiado restritiva que Portugal teve para a imigração. Um cenário agravado pelo facto do orçamento do ACIME ser o mesmo há quatro anos: sete milhões de euros.

Rui Marques aponta *“a burocracia e complexidade do sistema”* como as principais dificuldades dos imigrantes. *“Os procedimentos são demasiado enrolados e desesperantes”*, acrescenta.

*“Com o Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, através da Linha SOS Imigrante, que tem três línguas diferentes e que está disponível para tirar qualquer tipo de dúvidas e com o gabinete de apoio jurídico, o ACIME tem dado importantes passos para a desburocratização”*, afirma o Alto-Comissário.

Para Rui Marques os maiores entraves ao trabalho do ACIME são *“as dificuldades dos imigrantes. Sabemos que temos um país com poucos recursos, por isso exige de nós imaginação. Há quatro anos que temos o mesmo orçamento, que não chega a sete milhões de euros por ano para 500 mil imigrantes”*.

E acrescenta, *“quando falamos que temos muitos imigrantes é relativo, pois estamos abaixo da média europeia. Tivemos uma lei muito restritiva no que respeita a imigração, daí a situação irregular ser uma consequência. Temos de ter consciência que estes imigrantes queriam trabalhar, mas pelas dificuldades que lhes apresentaram tiveram de ficar ilegais”*.

*“Portugal apesar dos seus escassos recursos tem uma situação razoável. Quer em termos legislativos, onde os imigrantes têm os mesmos direitos legais que os portugueses, quer ao nível mais extremo, onde os imigrantes em situação irregular têm acesso à saúde e as crianças à educação”*, afirma o Alto-Comissário. E destaca, as alterações da Lei da Nacionalidade *“que considera agora portugueses os imigrantes de terceira geração que ficou aprovada em consenso, também nos colocou numa situação mais favorável. No entanto, há uma distância grande entre o que é o quadro legislativo e a resposta dos próprios serviços, muitas vezes estes desconhecem a Lei e os imigrantes também. Portugal não falha pelas respostas legislativas no que respeita à imigração mas sim, na sua execução”*.

Rui Marques conclui, sublinhando as mais recentes apostas do ACIME: *“acabámos de lançar, a título experimental, um serviço de tradução telefónica entre um imigrante e um serviço público. As dificuldades que existem quando um imigrante se dirige a um serviço podem ser agora minimizadas. Outro projecto é o Metropolis Internacional de 2 a 6 de Outubro em Portugal, que é um dos maiores congressos sobre migrações”*.

In Expresso

19-07-06